

Para os jornalistas e cidadãos que se associam ao
#HoldTheLine

Índice

Prefácio de Amal Clooney	9
Prólogo: A bomba atômica invisível.....	13

PARTE I: REGRESSO A CASA: O PODER, A IMPRENSA E AS FILIPINAS, 1963-2004

Capítulo 1: A regra de ouro.....	23
Capítulo 2: O código de honra	39
Capítulo 3: A velocidade da confiança	51
Capítulo 4: A missão do jornalismo.....	75

PARTE II: A ASCENSÃO DO FACEBOOK, O RAPPLER E O BURACO NEGRO DA INTERNET, 2005-2017

Capítulo 5: O efeito de rede	103
Capítulo 6: Criar ondas de mudança.....	123
Capítulo 7: Como os amigos dos amigos derrubaram a Democracia	143
Capítulo 8: Como o Estado de direito desabou a partir do interior.....	171

PARTE III: REPRESSÃO: PRISÕES, ELEIÇÕES
E A LUTA PELO NOSSO FUTURO, 2018-PRESENTE

Capítulo 9: Sobreviver a mil cortes.....	205
Capítulo 10: Não nos tornemos monstros para combater um monstro.....	223
Capítulo 11: Aguentar a pressão	251
Capítulo 12: Porque está o fascismo a vencer.....	273
Epílogo.....	295
Plano em dez pontos dos laureados com o Prémio Nobel da Paz de 2021. Maria Ressa e Dmitry Muratov, para lidar com a crise da informação.....	299
Agradecimentos	303
Notas	307

Prefácio

Quando pensamos em super-heróis, possivelmente não imaginamos uma mulher de um metro e cinquenta e sete com uma caneta na mão. Mas, hoje em dia, os jornalistas que atuam em países autoritários precisam de superpoderes.

Enfrentam ameaças diárias à sua reputação, à sua liberdade e – nalguns locais – à sua vida. Maria Ressa é uma dessas pessoas.

Dizer que Maria luta contra as probabilidades é um eufemismo. Numa autocracia, o adversário do jornalista é o Estado, que faz as políticas, controla a polícia, contrata os procuradores e prepara as prisões. Tem um exército de *bots* ativos *online* para vilipendiar e fragilizar qualquer indivíduo que seja considerado um adversário. Tem o poder de encerrar emissoras e *sites* na Internet. E, mais importante: precisa de controlar a mensagem para poder sobreviver. A sua existência depende de garantir que só há um lado para todas as histórias.

Como um célebre filósofo disse em tempos, não há maior tirania do que a que é perpetrada sob o escudo da lei e em nome da justiça. Ainda assim, sob o regime do presidente Duterte, o governo filipino não hesitou em utilizar instrumentos jurídicos para tentar intimidar presumíveis adversários. As autoridades revogaram a licença de operação de Maria e instauraram processos cíveis que ameaçam fazê-la falir. Enfrenta um fogo cerrado de acusações fraudulentas que a ameaçam com uma vida atrás das grades.

Isso não acontece por ter cometido algum crime, mas porque os líderes do seu país não querem ouvir críticas. Portanto, ela tem de

fazer uma escolha: submeter-se à vontade do governo e manter-se segura ou arriscar tudo para levar a cabo o seu trabalho. Não hesitou em escolher a segunda. E eu sei que nunca desistirá.

Ao longo da História, algumas das vozes mais importantes da sociedade foram perseguidas. Gandhi, Nelson Mandela e Martin Luther King Jr. foram perseguidos por criticarem os governos da época. No seu julgamento por sedição na Índia, Gandhi disse ao juiz que não queria clemência por fazer frente a um governo que espezinhava os direitos humanos. «Estou aqui [...] para solicitar e alegremente me submeter à mais dura pena que me possa ser infligida», porque «a não cooperação com o mal é um dever tão grande como a cooperação com o bem». Passou dois anos na prisão em resultado das suas palavras. Mas fez da Índia uma sociedade mais justa. Mandela foi detido quando as suas opiniões desagradaram ao governo: foi acusado de alta traição e condenado, tendo passado vinte e sete anos na prisão em resultado disso. Mas derrubou o mal do *apartheid*.

A luta da Maria é uma daquelas que define os nossos tempos. Dados recolhidos nos últimos anos mostram que há mais jornalistas em todo o mundo a serem encarcerados e mortos do que em qualquer outra altura desde que há registo. Além disso, existem, atualmente, mais autocracias do que democracias no mundo.

É por isso que Maria se recusa a deixar o seu país e está determinada a defender-se das acusações contra ela levantadas. Sabe que uma voz independente como a sua é sempre valiosa, mas que se torna essencial quando os outros ficam calados. Dá sustentação a quaisquer outros que ousem falar. Porque se Maria, cidadã dos Estados Unidos e laureada com o Prémio Nobel da Paz, pode ser encarcerada por fazer o seu trabalho, que hipóteses têm os outros?

É irónico que os líderes autocráticos sejam frequentemente chamados «homens fortes» quando, na realidade, são incapazes de tolerar dissidências ou de permitir sequer um campo de atuação equitativo. É a força dos que lhes fazem frente que deve ser celebrada, e alguns deles têm apenas um metro e cinquenta e sete.

Elie Wiesel avisou-nos de que pode haver alturas em que somos impotentes para impedir a injustiça, mas nunca deve haver um

momento em que deixemos de protestar. O legado de Maria será sentido durante gerações, porque nunca deixou de protestar, de tentar vergar o arco da história na direção da justiça. E quando os jovens alunos filipinos estudarem História, verão que a primeira filipina a receber o Prémio Nobel da Paz foi uma corajosa jornalista decidida a dizer a verdade. Espero, para bem das gerações futuras, que sejam inspirados pelo seu exemplo.

– *Amal Clooney*

PRÓLOGO

A bomba atômica invisível

Viver no (atual) momento (do passado)

Desde o início do confinamento pandêmico, em março de 2020, sinto-me muito mais emocional do que alguma vez me tinha permitido ser. Sinto a fúria reprimida ante a injustiça que não tenho alternativa senão aceitar. Foi isso que seis anos de ataques do governo fizeram.

Posso ir para a prisão, para o resto da vida – ou, como a minha advogada me diz, durante mais de cem anos, por acusações que jamais deveriam ter chegado a tribunal. O colapso do Estado de Direito é global, mas, para mim, tornou-se pessoal. Em menos de dois anos, o governo das Filipinas emitiu dez mandados de detenção contra mim.

Posso também ser alvo de violência. Seriam a polícia, o meu governo, suficientemente estúpidos para me visar? Bem, sim. A Comissão de Direitos Humanos das Filipinas calculou que cerca de vinte e sete mil pessoas terão sido mortas em menos de três anos durante a brutal guerra às drogas do ex-presidente Rodrigo Duterte, entre 2016 e 2018.¹ Verdade? Quem sabe? A estatística foi a primeira baixa na batalha do meu país pela verdade. Em 2018 comecei a usar um colete à prova de bala quando ando na estrada.

A violência *online* é violência real, como o demonstram muitos estudos e tantos acontecimentos trágicos em todo o mundo. Eu sou atacada *online* todos os dias, juntamente com milhares de outros

jornalistas, ativistas, líderes da oposição e cidadãos inocentes, aqui e em todo o globo.

Ainda assim, quando acordo e olho pela janela, sinto-me revigorada. Tenho esperança. Vejo as possibilidades, vejo como, apesar das trevas, este é também um momento em que podemos reconstruir as nossas sociedades, começando por aquilo que está mesmo à nossa frente: as nossas áreas de influência.

O mundo que outrora conhecíamos foi dizimado. Agora, temos de decidir o que queremos criar.

Chamo-me Maria Ressa. Sou jornalista há mais de trinta e seis anos. Nasci nas Filipinas, fui criada e educada em Nova Jérsia e regresssei ao meu país natal depois da universidade, em finais dos anos 1980. Fiz carreira na CNN, criando e gerindo duas divisões no Sudeste Asiático, durante a década de 1990. Eram os dias de glória da CNN e um período inebriante para os jornalistas internacionais. Do meu poleiro no Sudeste Asiático, assisti a acontecimentos dramáticos que foram muitas vezes prenúncios do que ia acontecer no mundo: movimentos democráticos emergentes em antigos entrepostos coloniais, a aterradora ascensão do terrorismo islâmico muito antes do 11 de Setembro, uma nova classe de homens fortes democraticamente eleitos que transformariam os seus países em quase ditaduras, e o potencial e o poder estonteantes das redes sociais, que não tardariam a ter um papel decisivo no derrube de tudo o que me é querido.

Em 2012, cofundei o Rappler, um *site* de notícias exclusivamente digital, nas Filipinas. A minha ambição era criar um novo padrão para o jornalismo de investigação no meu país, que aproveitasse as plataformas das redes sociais para construir comunidades de ação em prol de uma melhor governação e de democracias mais fortes. Nessa altura, era a mais fiel dos verdadeiros crentes no poder das redes sociais para fazer o bem no mundo. Utilizando o Facebook e outras plataformas, conseguimos recolher notícias de última hora, encontrar fontes e dicas cruciais, potenciar ações coletivas pelas alterações climáticas e por uma boa governação, e ajudar

a aumentar o conhecimento e a participação dos votantes nas nossas eleições. Fomos um rápido sucesso, mas, ao quinto ano de existência do Rappler, tínhamos deixado de ser elogiados pelas nossas ideias e passado a ser atacados pelo nosso governo – tudo por continuarmos a fazer o nosso trabalho enquanto jornalistas: dizer a verdade e pedir contas ao poder.

No Rappler, expúnhamos a corrupção e a manipulação não só do governo, mas também, cada vez mais, das empresas tecnológicas que dominavam já as nossas vidas. A partir de 2016, começámos a salientar a impunidade em duas frentes: na guerra às drogas do presidente Rodrigo Duterte e no Facebook de Mark Zuckerberg.

Permitam-me que vos diga por que razão o resto do mundo precisa de estar atento ao que se passa nas Filipinas: 2021 foi o sexto ano consecutivo em que os filipinos foram – de entre todos os cidadãos do mundo – quem mais tempo passou na Internet e nas redes sociais.² Apesar das baixas velocidades de Internet, foram os filipinos que carregaram e transferiram o maior número de vídeos no YouTube em 2013. Quatro anos depois, 97% dos cidadãos do nosso país estavam no Facebook. Quando referi essa estatística a Mark Zuckerberg, em 2017, ele ficou calado por um momento. «Espere, Maria», acabou por responder, olhando diretamente para mim. «Onde estão os outros três por cento?»

Na altura, ri-me ante o seu gracejo oco. Já não lhe acho assim tanta graça.

Como estes números demonstram, e como o Facebook admite, as Filipinas são exemplares³ no que diz respeito aos terríveis efeitos que as redes sociais podem ter nas instituições de uma nação, na sua cultura e nas mentes da sua população. Cada desenvolvimento que acontece no meu país acaba por acontecer no resto do mundo – se não for amanhã, então um ou dois anos depois. Já em 2015, havia relatos de viveiros de contas a criar contas verificadas por telefone, ou CVT, nas redes sociais a partir das Filipinas. Nesse mesmo ano, um relatório revelou que a maioria dos *likes* no Facebook de Donald Trump provinham do exterior dos Estados Unidos, e que um em cada vinte e sete seguidores de Trump era das Filipinas.

Há dias em que me sinto como uma combinação de Sísifo e Cassandra, a tentar repetidamente alertar o mundo para a forma como as redes sociais destruíram a nossa realidade partilhada, o lugar onde a democracia acontece.

Este livro é a minha tentativa de mostrar que a falta de um Estado de Direito no mundo virtual é devastadora. Vivemos numa só realidade, e o colapso global do Estado de Direito foi desencadeado pela falta de uma visão democrática para a Internet no século XXI. A impunidade *online* conduziu naturalmente à impunidade *offline*, destruindo os controlos e equilíbrios existentes. O que vi e documentei durante a última década foi o poder divino da tecnologia para infetar cada um de nós com um vírus de mentiras, virando-nos uns contra os outros, inflamando, ou até criando, os nossos medos, raivas e ódios, e acelerando a ascensão de déspotas e ditadores em todo o mundo.

Comecei a referir-me a isto como a «morte por mil cortes da democracia». As plataformas que nos dão as notícias são tendenciosas em relação aos factos. Já em 2018, estudos demonstravam que as mentiras temperadas com raiva e ódio alastram mais e mais depressa do que os factos.⁴ Sem factos, não pode haver verdade. Sem verdade, não pode haver confiança. Sem estas três coisas, não temos realidade partilhada, e a democracia tal como a conhecemos – bem como todos os esforços humanos significativos – estão mortos.

Temos de agir depressa, antes que isso aconteça. E é isso que exponho neste livro: uma análise dos valores e princípios, não só do jornalismo e da tecnologia, mas também da ação coletiva que precisamos de empreender para vencer a batalha pelos factos. Esta viagem de descoberta é intensamente pessoal. É por isso que cada capítulo tem um micro e um macro: uma lição pessoal e um quadro mais amplo. Verá as ideias simples a que me agarro para tomar um conjunto de decisões que se tornaram – com o tempo – instintivas, mas ponderadas, dispondo camadas de experiências sobre novas experiências do momento atual do passado.

⁴ A morte por mil cortes ou *lingchi* era uma forma de tortura e execução utilizada na China entre c. 900 e 1905, ano em que foi abolida. Consistia em desferir inúmeros cortes à vítima de modo a provocar uma morte lenta e dolorosa. [N. do Rev.]

* * *

Em 2021, fui uma de dois jornalistas a receber o Prémio Nobel da Paz. A última vez que um jornalista tinha recebido este prémio tinha sido em 1935. O vencedor, um repórter alemão chamado Carl von Ossietzky, não o pôde aceitar porque estava a definhar num campo de concentração nazi. Ao conceder-nos esta honra, a mim e a Dmitry Muratov, da Rússia, o Comité Nobel Norueguês indicava que o mundo estava num momento histórico similar, noutra ponta existencial para a democracia. No meu discurso do Nobel,⁵ disse que uma bomba atómica invisível tinha explodido no nosso ecossistema de informação, que as plataformas tecnológicas tinham oferecido aos poderes geopolíticos uma forma de manipular individualmente cada um de nós.

Apenas quatro meses após a cerimónia de entrega do Nobel, a Rússia invadiu a Ucrânia, usando metanarrativas que tinha vindo a disseminar *online*⁶ desde 2014, altura em que invadiu a Crimeia, a anexou da Ucrânia e instalou um Estado fantoche. A tática? Suprimir a informação e substituí-la por mentiras. Ao atacar ferozmente os factos com o seu exército digital barato, os russos obliteraram a verdade e substituíram a narrativa silenciada pela sua – ou seja a de que a Crimeia tinha consentido voluntariamente no controlo russo. Os russos criaram contas falsas *online*, mobilizaram exércitos de *bots* e exploraram as vulnerabilidades das plataformas de redes sociais para enganar pessoas reais. Para as plataformas americanas, novas guardiãs da informação do mundo, essas atividades geravam mais participação e faziam entrar mais dinheiro. Os objetivos dos guardiões e dos operacionais de desinformação estavam alinhados.

Foi a primeira vez que tomámos consciência das táticas de guerra da informação que não tardariam a ser mobilizadas em todo o mundo, de Duterte ao Brexit, da Catalunha ao *Stop the Steal**... Oito anos depois, a 24 de fevereiro de 2022, utilizando as mesmas técnicas e as

* Movimento de extrema-direita criado com o objetivo de contestar os resultados das eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos, que opuseram Donald Trump a Joe Biden e nas quais este foi declarado Presidente. [N. do Ed.]

mesmas metanarrativas que tinha espalhado para anexar a Crimeia, Vladimir Putin invadia a Ucrânia propriamente dita. É desta forma que a desinformação, ascendente e descendente, pode fabricar toda uma nova realidade.

Menos de três meses depois, as Filipinas caíram no abismo. Nove de maio de 2022 era dia de eleições, a data em que o meu país elegia um sucessor para Duterte. Embora houvesse dez candidatos à presidência, só dois importavam: Leni Robredo, a líder da oposição e vice-presidente, e Ferdinand Marcos Jr., único filho e homónimo do ditador Ferdinand Marcos, que declarou a lei marcial em 1972 e se manteve no poder durante quase vinte e um anos. O primeiro dos cleptocratas, Marcos foi acusado de roubar 10 mil milhões de dólares ao seu povo antes de finalmente ser deposto, numa revolta do Poder Popular em 1986.

Na noite das eleições, Marcos Jr. assumiu uma liderança precoce e imponente e nunca mais a largou.⁷ Às 20:37, com 46,93% dos distritos a anunciar resultados, Marcos tinha 15,3 milhões de votos, comparados com os 7,3 milhões de Robredo. Às 20:53, com 53,5% de resultados anunciados, Marcos ia nos 17,5 milhões, com Robredo nos 8,3; às 21:00, com 57,76%, Marcos atingia os 18,98 milhões, com Robredo nos 8,98.

É assim que acaba, disse eu para comigo nessa noite. A eleição estava a revelar-se uma demonstração do impacto da desinformação e das incessantes operações de comunicação nas redes sociais que, entre 2014 e 2022, tinham convertido Marcos de pária em herói. As redes de desinformação não vinham apenas das Filipinas, incluíam também redes globais, como uma da China que foi desmantelada pelo Facebook⁸ em 2020. Juntas ajudaram a mudar a História diante dos nossos olhos.

Desde o meu discurso do Prémio Nobel da Paz, em finais de 2021, tinha afirmado repetidamente que quem ganhasse as eleições determinaria não só o nosso futuro, mas também o nosso passado. Não se pode ter integridade nas eleições se não houver integridade nos factos.

Os factos perderam. A História perdeu. Marcos venceu.

* * *

Comparativamente a outros que estão escondidos, no exílio ou na prisão, tenho sorte. A única defesa de um jornalista é apontar a luz à verdade, expor a mentira e eu ainda posso fazê-lo. Há tantos outros perseguidos nas sombras que não têm exposição nem apoio, sob governos que persistem impunemente. A sua cúmplice é a tecnologia, o silencioso holocausto nuclear no nosso ecossistema de informação. Temos de lidar com o seu rescaldo, tal como o mundo fez após a devastação da Segunda Guerra Mundial: criando instituições e acordos como a NATO, as Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Hoje em dia, precisamos de novas instituições globais e de uma reafirmação dos valores que nos são caros.

Erguemo-nos sobre os escombros do mundo de outrora e temos de ter a previdência e a coragem de imaginar, e criar, o mundo tal como ele deveria ser: mais compassivo, mais equitativo, mais sustentável. Um mundo livre de fascistas e tiranos.

Este é o caminho que tenho trilhado nesse sentido, mas também lhe diz respeito a si, querido leitor. A democracia é frágil. Temos de lutar por cada bocadinho, cada lei, cada salvaguarda, cada instituição, cada história. Temos de saber como é perigoso sofrer sequer o mais ínfimo corte. É por isso que digo a todos: temos de aguentar a pressão.

É isto que muitos ocidentais, que parecem ver a democracia como um dado adquirido, precisam de aprender connosco. Este livro é para todos aqueles que talvez tomem a democracia como garantida, escrito por alguém que jamais o faria.

Neste atual momento do passado, em que a memória pode ser tão facilmente alterada, aquilo que fazemos importa. Por favor, faça a si mesmo a pergunta que eu e a minha equipa nos fazemos todos os dias:

O que está na disposição de sacrificar pela verdade?

* Referência à coligação #HoldTheLine, que reúne mais de 80 grupos, liderados pelo Committee to Protect the Journalists (CPJ), o International Center for Journalists (ICJ) e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), em defesa de Maria Ressa. [N. do Rev.]

PARTE I

Regresso a casa

O poder, a imprensa e as Filipinas

1963-2004

CAPÍTULO 1

A regra de ouro

Fazer a escolha de aprender



Foto escolar, Colégio de Santa Escolástica,
terceiro ano, 1973

Só sabemos quem somos quando nos vemos obrigados a lutar por isso.

Como decidimos por que lutar? Por vezes, a escolha não é nossa. A vida leva-nos lá porque a soma de todas as nossas escolhas nos conduz a esse ponto. Se tivermos sorte, percebemos desde cedo que cada decisão que tomamos responde a uma questão com que todos nos debatemos: como criar sentido nas nossas vidas. O sentido não

é algo em que tropeçamos ou algo que nos seja dado: construímo-lo através de cada escolha que fazemos, dos compromissos que escolhemos, das pessoas que amamos e dos valores que prezamos.

Divido a minha vida em blocos de dez anos. Quando tinha dez anos, a minha vida mudou drasticamente; a década seguinte foi toda ela de descoberta e exploração. Os vinte foram um período de escolhas: o que fazer depois da universidade, onde viver, para quem trabalhar, quem e como amar. Os trinta foram dedicados a ganhar experiência no que seria a minha vocação – o jornalismo – e na busca pela justiça implícita na sua missão. O trabalho árduo era um tema constante, a única coisa que eu sabia que podia controlar.

Vieram então os quarenta, a minha fase de «senhora do universo» e o meu prazo autoimposto para finalmente escolher um lar e assumir um compromisso com as Filipinas. Já os meus cinquenta foram uma década de reinvenção e ativismo: assumir uma posição sobre as minhas opiniões mais profundamente arraigadas. Suponho que poderíamos designar a minha última década como um «sair do armário» – sair contra as mortes e os descarados abusos de poder, sair contra o lado negro das tecnologias, sair e assumir as minhas posições políticas e a minha sexualidade.

Nasci no dia 2 de outubro de 1963, numa casa de madeira na cidade de Pasay, em Manila, nas Filipinas, um vasto arquipélago de diferentes línguas e culturas unidas pela Igreja Católica. O território tinha sido uma sociedade feudal dominada por oligarcas que tinham recebido as suas terras ao longo de séculos de domínio colonial espanhol. Após o fim da Guerra Hispano-Americana em 1898, Espanha entregou as Filipinas aos Estados Unidos ao abrigo do Tratado de Paris. Um ano depois, dizem os filipinos, começou a Guerra Filipino-Americana, há muito uma nota de rodapé nos livros de História dos EUA, que se lhe referiam como «a insurreição».¹

Eram tempos de «destino manifesto» nos Estados Unidos. Em 1899, Rudyard Kipling publicou o seu célebre poema imperialista, «O Fardo do Homem Branco», para incentivar os americanos a governar as Filipinas. Foi o que fizeram até 1935, altura em que as Filipinas se tornaram uma comunidade autónoma. A sua Constituição,